



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia** 05/03/2016

7

V cidades

MPE quer interditar quiosques do calçadão da Atalaia

Bares e quiosques instalados no calçadão da Orla de Atalaia, em Aracaju, estão na mira do Ministério Público Estadual (MPE). De acordo com a Promotoria dos Direitos do Consumidor, estes estabelecimentos comerciais estão atuando sem o devido alvará de funcionamento cedido pela Vigilância Sanitária Municipal. Na ótica do órgão, é perceptível a série de reformas realizadas pelos proprietários para atender às orientações do Alvará de Localização de Funcionamento, porém este documento ainda não foi solicitado à Anvisa da capital sergipana. Caso o problema não seja solucionado, o MPE não descarta a possibilidade de interditar o espaço por tempo indeterminado.

Ainda segundo investigações apresentadas à promotora de justiça Euza Maria Gentil Missano, alguns dos quiosques e bares incluídos na fiscalização não pagam o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Missano destacou que esse não pagamento procede diante do fato de a região ser administrada pelo Governo do Estado,



A MAIORIA DOS BARES DA ORLA DA ATALAIÁ NÃO POSSUI ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

sendo assim, os pontos comerciais são obrigados a pagar apenas uma taxa que é emitida por meio da Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur). As audiências públicas para encontrar soluções para o impasse permanecerão ocorrendo na sede do Ministério Público, em Aracaju.

Enquanto o MPE não apresenta decisão final, os quiosques permanecem abertos atendendo aos clientes. "Apesar de existir essa questão financeira em que envolve taxas, queremos deixar claro que a nossa preocupação maior é com o respeito a

todas as exigências sanitárias que proporcionam aos consumidores segurança alimentar, em especial. Vamos tentar regularizar os estabelecimentos em ação conjunta com o Estado e Município, para que possam adquirir a licença sanitária", afirmou.

Atualmente este debate não apresenta avanços diante da proposta do Governo de Sergipe de extinguir a Emsetur. Todas as atuações promovidas pela empresa estão sendo redirecionadas para a Secretaria de Estado do Turismo (Setur), que por sua vez disse não ter conhecimen-

to aprofundado do assunto em questão. "Não podemos aceitar que estes estabelecimentos não estejam cumprindo com todas as normas de fiscalização apresentadas pela Vigilância sanitária. Essa foi a primeira audiência para entender a real necessidade de definição e regulamentação da utilização do espaço público. Vamos dar seguimento ao debate", pontuou Euza Missano.

Uma nova audiência pública deve ocorrer até o próximo mês de abril, mas ainda não foi divulgada a data e horário do encontro.